

EDITORIAL

NEIDE CAVALCANTE GUEDES

Editora Chefe – Linguagens, Educação e Sociedade

A Revista Linguagens, Educação e Sociedade, periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação-CCE/UFPI, na sua edição n. 43 reúne o **DOSSIÊ CURRÍCULO E FORMAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO E INFÂNCIA: DEBATES ENTRECRUZADOS e ARTIGOS** com uma diversidade de temas pertinentes e atuais voltados para a educação e difusão da produção científica, criando espaços de interação com a comunidade acadêmica, apresentando pesquisas que abordam assuntos relevantes para a comunidade científica, em especiais para os profissionais que atuam na educação. Fechando o ano de 2019 a presente edição conta com 22 artigos que são frutos de estudos e pesquisas que aprofundam discussões em torno de temáticas variadas das quais destacamos: **Currículo, Formação de Professores e Educação Infantil**. Os **12** primeiros artigos compõem o referido dossiê e os demais, no total de **10**, são artigos de fluxo contínuo e estão assim apresentados:

No artigo **“PRODUÇÃO DAS PRÁTICAS CURRICULARES DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: AÇÕES ARTICULATÓRIAS COM AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO”** as autoras Maria Julia Carvalho de Melo e Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida analisam como são produzidas as práticas curriculares de professoras da educação básica diante da função reguladora das políticas de avaliação. Nessa discussão as autoras rejeitam a compreensão de currículo como prescrição estática que objetiva definir a prática e o entende como mediação entre o que é proposto pelas políticas e o que é res significado na prática e concluem afirmando que as práticas curriculares das professoras não se submetem de uma vez por todas aos mandos das políticas, elas não abrem mão de sua autoridade pedagógica construída ao longo de seus anos de atuação.

Santa Monica Julião Mugime e Carlinda Leite no artigo intitulado **“SENTIDOS DO DISCURSO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA CURRICULAR”** analisam o sentido do discurso das políticas educativas sobre a democratização da educação em Moçambique. Apreciando as políticas que orientam o Sistema de Educação em Moçambique as autoras constataram que existe um discurso de democratização quando, de forma recorrente, apontam para as questões do direito a educação, educação para todos, educação inclusiva, entre outros aspectos e concluem reafirmando que apesar de os discursos

apontarem para uma tendência ou filosofia da democratização da educação em Moçambique, muito há a ser feito ainda, quer em termos de se conseguir que garanta a igualdade de oportunidades e de participação de todos nos processos educativos, quer em termos de, através da educação e dos currículos escolares, se conseguir que a escola seja um veículo promotor da justiça social.

“DISCURSOS SOBRE CURRÍCULO, LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS, TENSÕES E APROXIMAÇÕES” de autoria de Jade Juliane Dias Mota e Rita de Cassia Prazeres Frangella discutem os sentidos de currículo leitura e escrita que perpassam diferentes políticas e se enredam na significação que trazem para pensar alfabetização e educação infantil, analisando a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e suas proposições para alfabetização e Educação Infantil. As autoras concluem reafirmando a necessidade de se pensar a centralidade da linguagem escrita presente no texto da BNCC para a Educação Infantil, de modo a refutar uma ideia de aligeiramento das práticas referentes a alfabetização, ao mesmo tempo, sem renunciar ao contato com a leitura e com a escrita das crianças de 0 a 6 anos.

Em **“PASSOS EM DIREÇÃO A UMA PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: FUNDAMENTOS, PLANEJAMENTO E PRÁTICAS”** Janssen Felipe da Silva e Denise Xavier Torres discutem discussão acerca dos elementos que compõem o que denominam de Perspectiva Pós-Colonial de Avaliação da Aprendizagem com o objetivo de identificar e caracterizar os estruturantes da avaliação da aprendizagem numa perspectiva pós-colonial. ao longo do artigo os autores chamam a atenção para o fato de que o currículo e a avaliação foram e são espaços privilegiados para as disputas epistêmicas no campo da educação escolar. A Avaliação da Aprendizagem na Perspectiva Pós-Colonial, para que atenda as necessidades de ensino-aprendizagem, entre outros fatores, estaria intrinsecamente relacionada a um projeto arrojado de transformação conceitual, procedimental e atitudinal, para educandos e educadores. Não para que se forme um conceito unívoco, mas para que, sobretudo, se estabeleçam práticas coerentes a formação de sujeitos emancipados e críticos.

Meyre-Ester Barbosa de Oliveira e Joralice Cristina Virginio de Moraes no artigo **“SENTIDOS SOBRE FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO NO ÂMBITO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)”** analisam os sentidos produzidos sobre formação docente e currículo no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), focalizando textos produzidos

entre os anos de 2012 a 2018, período em que se desenvolveu o programa a nível nacional, na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). As autoras concluem advogando a importância de ampliar as discussões teóricas nas pesquisas em políticas de currículo com o intuito de superar o binarismo entre os modelos de análise, tanto os que compreendem a ação do Estado como verticalizada, relegando a escola um papel de subordinação, quanto os que desvinculam as práticas dos processos Sociopolíticos mais amplos.

Elaine Constant no artigo **“OS DESAFIOS COM A UNIVERSALIZAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”** explica os desafios da implementação de políticas municipais, no desenvolvimento de ações formativas de professores alfabetizadores do Ensino Fundamental, com base na análise da Meta 5 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovada pela Lei N. 13.005, de 25/06/2014 e a estratégia 5.6, referente a qualificação de docentes e nos Planos Municipais fluminenses. Em suas conclusões a autora enfatiza que a universalização da alfabetização para crianças tem avançado, através da parceria entre instituições que proporcionam processos formativos para alfabetizadores, mas trouxe temas emblemáticos para o campo pedagógico: o preconceito com o analfabetismo e a negligência acerca do processo sócio histórico, no qual se avolumaram as desigualdades sociais no Brasil.

“AS PROPOSTAS BANAIS DA ESCOLA”: PERSPECTIVAS UNIVERSALISTAS DE POLÍTICAS CURRICULARES E SEUS ATRAVESSAMENTOS NOS CAMINHOS DA DOCÊNCIA E DA INFÂNCIA das autoras Maria Clara Santiago Camões e Cristiane Gomes de Oliveira discutem as significações produzidas a partir da Proposição do PNAIC e da BNCC como políticas de centralização inquirido os significados para o currículo, para a Educação infantil, para a alfabetização e para a formação, com base em aportes teóricos pós-estruturalistas, trazendo Bhabha e Derrida como interlocutores para discutirmos o currículo, argumentando em favor de uma prática discursiva e o ato de enunciar como espaço de elaboração de sentidos na perspectiva da diferença. Na análise das políticas curriculares como produção discursiva, as autoras avançam para pensar as crianças e suas infâncias, associando-se a uma perspectiva evidenciada pela desconstrução de conceitos rígidos, marcados por um cientificismo colonizador sobre a criança e a infância e concluem afirmando que, se as políticas que ora discutimos não se apresentam como currículo, mas impõem-nos uma norma, temos assumido os escapes para construir o nosso, compondo, assim, o jogo político da produção curricular.

No artigo **“DISPOSITIVO DE ANTECIPAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO E POLÍTICAS CURRICULARES CONTEMPORÂNEAS: GOVERNANDO CRIANÇAS E DOCENTES”**, Maria Carolina da Silva Caldeira analisa três documentos curriculares recentes – os Cadernos de Formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2012), a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e o Caderno da Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019) – para compreender de que modo o dispositivo de antecipação da alfabetização opera nesses textos para produzir a criança alfabetizada. Em suas conclusões a autora enfatiza que analisar detidamente essas políticas constitui-se, assim, em aspecto importante para a pesquisa na área de currículo, alfabetização e formação de professores/as. Compreender os modos como os/as docentes e as crianças em processo de alfabetização tem lidado com tais políticas também se constitui em demanda urgente para a pesquisa.

Em **“O LIVRO DIDÁTICO PARA PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ARTEFATO PEDAGÓGICO DA SUBJETIVAÇÃO DOCENTE”** Juliana Diniz Gutierrez Borges e Maria Manuela Alves Garcia problematizam os quatro livros aprovados para a Educação Infantil pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD/2019), entendidos como textos e discursos curriculares, focalizando a materialidade discursiva desses manuais, evidenciando suas funções enunciativas na subjetivação das docentes e na normalização da conduta docente a ser desenvolvida com as crianças. O estudo conclui que o sentido dos livros didáticos não se encerra em sua própria estrutura, pois ao mesmo tempo em que se apropriam das políticas curriculares, também as definem por meio de discursos e saberes/poderes que trazem consigo.

Joane Santos do Nascimento e Conceição Gislane Nobrega Lima de Salles em **“APRENDERES E FAZERES NÔMADES DA INFÂNCIA NA PRÉ-ESCOLA OBRIGATÓRIA”** compreendem como crianças experienciam suas infâncias nos espaços/tempos da pré-escola diante da obrigatoriedade da Educação Infantil a partir dos quatro anos de idade. Segundo as autoras, o encontro com a infância demonstrou um movimento nômade em direção a uma poética de vida dentro da própria escola. Nos mostrou aprenderes e fazeres mobilizados pela infância. Acontecimentos que marcavam o pensar e, ao invés de formar, provocava um formar-se. Não na direção de educar infâncias, mas de evidenciar infâncias que poderiam nos educar, infâncias minoritárias, infâncias estrangeiras, com outras línguas, sotaques, outros tons. Infâncias que ao desafinar afinavam o pensamento e cavavam aberturas nas estruturas mais rígidas ali impostas. Concluem afirmando visualizar

uma composição da infância realizada em meio a crise, em meio a uma tentativa da escola, campo de estudo, de atender a medida de obrigatoriedade de parte da Educação Infantil com uma série de desafios impostos. Os desafios iam desde o espaço físico da instituição ao uso do tempo em sala de aula. Evidenciavam a preocupação com a especificidade e singularidade das crianças e de suas infâncias provocando questionamentos, contradições e incômodos diversos no cotidiano.

Em “PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: A FORMAÇÃO CONTINUADA E O PROCESSO DE DIDATIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA” Maria Djanira Vieira Vasconcelos, Solange Alves de Oliveira-Mendes e Carla Patrícia Acioli Linsanalizam a influencia do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC no processo de didatização do ensino de língua portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esta ancorado nos campos da formação docente e da alfabetização. Segundo as autoras foi possível visualizar que a variação no tratamento didático do sistema de escrita alfabética indica essa proposição do programa, já que as mestras estavam diversificando a exploração das varias propriedades da escrita. Entretanto, percebemos pouca mudança do que vimos, ate então, no ensino de língua portuguesa, entre as turmas de segundo e terceiro anos, nos demandando uma analise mais minuciosa da existência (ou não) de uma progressão do ensino, conforme defendido pela proposta do PNAIC. Daí a importância de acompanhar a pratica, considerando que, por vezes, o discurso ancorado em expressões técnicas, não revelam, em absoluto, as escolhas didáticas e pedagógicas acionadas na sala de aula.

O artigo **“(RE)CONCEITUALIZAÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DO ASSISTENCIALISMO, SERVIÇO SOCIAL E EDUCACIONAL NO ÂMBITO DA SEMEC (1968-2007)”** de autoria de Pedro Thiago Costa Melo e Luís Carlos Sales, apresenta as diferentes (re)conceitualizações que a educação infantil teve ao longo do tempo, com foco especial entre 1968 e 2007 no âmbito da cidade de Teresina e na circunscrição de sua Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), abordando o surgimento da criança como sujeito histórico, discorrendo posteriormente acerca dos primeiros estabelecimentos destinados a esse publico, ate chegar à noção mais recente de educação infantil. Os autores observam que com a aprovação do FUNDEB, que contemplou a educação infantil com recursos financeiros, a posição da SEMEC foi de institucionalizar o atendimento a infância para sua alçada, ocorrendo transferências abruptas de estabelecimentos infantis de uma pasta do âmbito assistencial, a SEMCAD para o setor educacional, via SEMEC. A materialização

das Diretrizes Curriculares do Município de Teresina (2008) dispõe a postura de assumir, via transferência, a gestão de estabelecimentos infantis do serviço social para a educação.

Claudia Zucatelli, Alan Cesar Belo Angeluci e Ana Sílvia Moco Aparício no artigo intitulado **“SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS E CURADORIA DE INFORMAÇÕES NAS MÍDIAS DIGITAIS PARA A PRODUÇÃO DE ARTIGOS DE OPINIÃO”**, verificam as contribuições das mídias digitais para o ensino-aprendizagem da argumentação escrita junto a alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, tomando como referenciais teóricos as Sequencias Didáticas (SD) idealizadas pelo Grupo de Didática das Línguas da Universidade de Genebra, para investigar como as mídias digitais poderiam contribuir, por meio do processo de curadoria de informações, para o ensino-aprendizagem de artigos de opinião, nas aulas de língua portuguesa. Segundo os autores o processo de validação da SD demonstrou ter havido avanços quanto às capacidades de linguagem dos discentes, verificados por meio de análises qualitativas e quantitativas de produções iniciais e finais. O processo de curadoria de informações indicou, nos artigos produzidos pelos alunos, avanços, especialmente, quanto as capacidades de ação e discursivas.

Em **“LETRAMENTO CIENTÍFICO NA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRÁTICAS DOS PÓS-GRADUANDOS”** os autores Joao Batista Oliveira da Silva, Rochele da Silva Santaina e Veronice Camargo da Silva analisam ate que ponto as atividades de leitura e escrita desenvolvidas pelos acadêmicos do curso de Gestão do Currículo na Formação Docente contribuiu para o letramento científico na vida particular e profissional destes pós-graduandos. A investigação demonstrou que e possível driblar e/ou ate vencer desafios diante das demandas da profissão de docente, e manter-se atualizado e preparado para realizar o que vem preconizando-nos os Parâmetros Curriculares e demais exigências, visando o desenvolvimento e promoção das capacidades dos discentes, no âmbito pessoal, de efetiva inserção social, preparação e projeção para o futuro. Os resultados apontaram que as praticas de leitura e escrita durante o curso de especialização puderam contribuir significativamente aos profissionais da educação. Também se constatou que os pesquisados passaram a efetivar uma melhor apropriação da leitura e da escrita científica, conduzindo-os ao desenvolvimento de uma criticidade contextualizada e propiciando maior interação com o mundo letrado.

“O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE LEITURA DO GÊNERO NOTÍCIA EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS” escrito por Cristiane Malinoski Pianaro Angelo e Renilson Jose Menegassi discute as praticas de ensino das

habilidades de leitura do gênero discursivo/textual notícia, de um jornal impresso, a um aluno com necessidades especiais, no contexto de Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), com o intuito de compreender como a apropriação dessas habilidades se constitui nesse contexto. Os autores concluem enfatizando que os resultados demonstraram que os conhecimentos sobre o gênero notícia, mobilizados em favor do desenvolvimento das habilidades de leitura, em um trabalho direcionado e planejado, ofereceram desafios cognitivos ao estudante com necessidades educacionais especiais e propiciaram-lhe avanços no domínio da leitura, essencial para que ele responda as demandas da escola e da sociedade.

No artigo intitulado **“RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: UMA LEITURA FENOMENOLÓGICA”**, Marília de Azevedo Alves Brito e Nilma Margarida de Castro Crusoe apresentam resultados de pesquisa sobre sentidos atribuídos à relação família-escola, no segundo ano do ensino fundamental, pelas educadoras. Em suas conclusões as autoras reconhecem que existe uma demanda por parte da escola, de acordo com as informantes, da interferência da família para que o aluno aprenda. Por outro lado, de acordo com Berger e Luckman (2001), a família e a escola possuem diferentes papéis socializadores, que se retroalimentam em termos de relação, mas esses papéis são demarcados e bem definidos, o que serve como ponto de problematização da exigência posta pelas informantes de que a presença da família na escola é essencial para o aprendizado da criança.

Em **“LA EDUCACIÓN PRIMARIA RURAL. DE POSICIONES Y PERSPECTIVAS”** Ana María Cadavid Rojas, Luisa Fernanda Acosta Castrillón e Andrés Klaus Runge Pena apresentam o estado da discussão sobre os entendimentos acadêmicos que foram feitos sobre educação rural, escola multigraduada, o modelo da Nova Escola na América Latina, Espanha, México, EUA e alguns países europeus. Para os autores a revisão da literatura permitiu reconhecer que, em termos das características da oferta educacional para a ruralidade, é possível rastrear e identificar a recepção e implementação de modelos educacionais. O modelo da Nova Escola e seus materiais curriculares são especialmente reconhecidos, especialmente chamados de Guias de Autoaprendizagem e, em alguns casos, as TICs.

“A EDUCAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA (BR, PY E AR): TENDÊNCIAS NEOLIBERAIS”, Margarete Frasson busca entender, a partir da mobilidade física estudantil, as tendências do neoliberalismo presentes na educação desenvolvida na sociedade fronteiriça entre Foz do Iguaçu-Brasil, Puerto Iguazú-Argentina e Ciudad del Este-Paraguai no período de 1995-2018. Para a autora a educação local se (re)produz, no conjunto de uma sociedade

global, por influencia dos organismos internacionais e segundo os objetivos do capital hegemônico. Desse modo, observa-se que a mobilidade para a formação se apresenta como uma tendência neoliberal. Suas conclusões se direcionam no sentido de que o Estado, ao disponibilizar as suas instituições a serviço dessa política econômica, desenvolve um ser humano produtivo com o intuito de viabilizar o consumo.

Elizeu Clementino de Souza, Hanilton Ribeiro de Souza, Nanci Rodrigues Orrico e Rita de Cassia Magalhaes de Oliveira em **“DA ESCOLA RURAL À ESCOLA DA CIDADE: RITOS DE PASSAGEM E (RE)CONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS”** discutem questões relacionadas aos ritos de passagem de estudantes de escolas rurais para escolas na cidade, com o objetivo de entender como a transição entre o território rural e urbano produz (des)encontros e (re)configurações nos alunos de escolas rurais, a medida que suas identidades são desvalorizadas, modificadas e até anuladas pelo projeto de sociedade da escola urbana. Para os autores, a escola precisa respeitar e valorizar as especificidades de cada estudante, notadamente, no que se refere a sua origem, suas expectativas e maneiras de ser e viver, sem qualquer discriminação e assegurando sua permanência como um direito social. Em suas conclusões destacam, ainda, a necessidade de valorizar a escuta dos alunos que vivem os ritos de passagem, ou seja, o que os alunos da roca narram acerca da forma como são recebidos, inseridos e formados no ambiente escolar urbano.

Fechando essa edição o artigo **“A AUTORIA DISCENTE NA CULTURA DIGITAL”** de Fernanda Josirene de Melo Ferreira, Cleide Jane de Sa Araújo Costa e Fernando Silvio Cavalcante Pimentel abordam um problema referente a resistência dos alunos do ensino superior, que se envolvem em atividades que promovam a sua autoria. Apesar da adesão dos usuários em produzir conteúdo por meio de aplicativos (recursos digitais) que viabiliza a autoria, quando se trata do contexto educacional, nem sempre as interfaces presentes nos recursos digitais conseguem angariar a participação de discentes, principalmente se ainda não estão inseridos na Cultura Digital. Os autores concluem que utilizar recursos que dispõem de interfaces no qual é viabilizado a construção de mapa conceitual e vídeo curto, como alternativas a produção de conteúdo textual, podem contemplar diferentes estilos de aprendizagem.

A **Revista Linguagens, Educação e Sociedade** reafirma o seu compromisso de estabelecer uma dinâmica de divulgação da pesquisa científica na Área de Educação contribuindo com a divulgação do conhecimento científico e com o intercâmbio de informações e, diante da diversidade de estudos aqui apresentados, encerra o ano de 2019

ensejando que as reflexões desenvolvidas pelos autores possam contribuir e estimular os debates pertinentes ao campo da educação, abrindo novas perspectivas de investigações. Desejamos aos autores e leitores um ano de 2020 cheio de esperanças e garantias de que a pesquisa sempre será um espaço institucionalizado de propagação de novos saberes

Boas Festas!

Feliz Ano Novo!!